

O tratamento da variação linguística no sexto ano do Ensino Fundamental: uma análise a partir do livro didático

Douglas Afonso dos Santos*

Eliane Pereira Machado Soares**

Introdução

O trabalho com as questões de linguagem em sala de aula é uma tarefa bastante desafiadora, tanto para os professores quanto para os alunos, a julgar pelo objeto da disciplina Língua Portuguesa, que se constitui de maneira diversificada. Assim, ainda que a escola seja o lugar onde os educandos precisam aprender a variedade de prestígio, isto é, a norma-padrão, também é lá onde eles precisam ser instruídos acerca da heterogeneidade linguística.

Contudo, o que pode ser observado é que as instituições escolares, devido aos mais diversos fatores, ainda estão muito voltadas à concepção de língua homogênea, em que a variedade padrão assume o modelo de língua ideal. À vista disso, praticamente não há discussões a respeito das demais variedades linguísticas nas aulas de Língua Portuguesa, a não ser em momentos muito pontuais – geralmente nas primeiras aulas do sexto ano do Ensino Fundamental e do primeiro ano do Ensino Médio.

Considerando essa problemática, objetiva-se com esta pesquisa verificar, a partir do livro didático, o tratamento dispensado à variação linguística no sexto ano do Ensino Fundamental, tendo como objeto de estudo o material da *Geração Alpha* produzido pela SM Educação. O estudo se justifica devido às lacunas teórico-metodológicas observadas nos livros didáticos de Língua Portuguesa, conforme já concluíram alguns pesquisadores, como Falcão (2020) e Souza (2020).

* Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (PPGEL/UEL). Mestre em Letras pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (POSLET/UNIFESSPA). Especialista em Estudos Linguísticos e Análise Literária pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Graduado em Letras – Língua Portuguesa por esta mesma Instituição de Ensino Superior.

E-mail: dougaphonso@gmail.com

** Docente Associada da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), onde atua na Graduação e na Pós-Graduação em Letras. Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Letras/Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Letras – Língua Portuguesa por esta mesma Instituição de Ensino Superior.

E-mail: eliane@unifesspa.edu.br

Logo, busca-se analisar novos materiais e, conseqüentemente, levantar novos dados, a fim de agregar aos estudos já executados. Para tanto, realiza-se, do ponto de vista metodológico, um estudo descritivo-documental, de abordagem qualitativa, aplicando o modelo analítico proposto por Lima (2016), o qual apresenta quatro indagações atinentes à variação linguística.

Na primeira seção, discute-se a respeito da heterogeneidade linguística, elucidando alguns conceitos de variação, a fim de estabelecer um elo desta com o ensino de Língua Portuguesa. Na segunda seção, direciona-se o foco para a abordagem da variação linguística nos livros didáticos, focalizando aspectos legais e metodológicos. A terceira seção contempla a descrição da metodologia da pesquisa, que é seguida pela análise do livro didático, considerações finais e referências bibliográficas.

Heterogeneidade linguística e o ensino de língua portuguesa

Segundo Bagno (2001, p. 41), “[...] qualquer língua, em qualquer momento histórico, em qualquer lugar do mundo, nunca é uma coisa compacta, monolítica, uniforme. A principal característica das línguas humanas é sua *heterogeneidade*”. Sob essa óptica, afirma-se que não se *ensina* variação linguística na escola, *promove-se* reflexões a seu respeito, haja vista que ela existe independentemente de ser trabalhada ou não nas aulas de Língua Portuguesa.

A reflexão acerca da variação linguística em sala de aula deve possibilitar aos alunos e professores a compreensão de que a temática não se limita, por exemplo, apenas às diferenças entre os falares urbanos e rurais, ou ainda, às diferenças lexicais de região para região. De acordo com Ilari e Basso (2017), a variação linguística se manifesta em diferentes níveis da língua, por conta de diferentes fatores linguísticos e sociais, razão pela qual é possível falar em variação diacrônica, variação diatópica, variação diastrática e variação diamésica.

Entende-se por variação diacrônica as mudanças linguísticas ocorridas ao longo dos anos, que são desencadeadas tanto por fatores externos quanto por fatores internos à língua. A título de exemplo, Ilari e Basso (2017, p. 153) destacam o processo de *gramaticalização*, “[...] pelo qual uma palavra de sentido pleno assume funções gramaticais”. A respeito desse processo, Bagno (2013, p. 163) faz uma complementação, definindo-o como “[...] a produção de novos recursos gramaticais a partir de (re)processamentos cognitivos, por parte dos falantes, impostos aos recursos gramaticais já existentes”. A julgar por essas conceituações, acentua-se a percepção de língua como algo dinâmico, heterogêneo e inclinado a modificações.

Já a variação diatópica compreende “[...] as diferenças que uma mesma língua apresenta na dimensão do espaço, quando é falada em diferentes regiões de um mesmo país ou em países diferentes” (ILARI; BASSO, 2017, p. 157). Nas escolas, geralmente é para esse tipo de variação que estão voltadas as atividades e discussões, mais precisamente para a sua abordagem em nível lexical, deixando a desejar em relação aos aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos da língua.

A diastrática, por sua vez, é “[...] o tipo de variação que se encontra quando se comparam diferentes estratos de uma população” (ILARI; BASSO, 2017, p. 175). Realçam-se, nesse sentido, fatores como idade, profissão, sexo, escolaridade etc. Em se tratando deste último, tem-se a variedade linguística dos sujeitos pertencentes aos grupos privilegiados socialmente, que têm amplo acesso à escola, e a variedade dos sujeitos que não tiveram a mesma oportunidade de frequentar o ambiente escolar. A primeira tende a circular na sociedade sem muitas barreiras; já a segunda é comumente estigmatizada, podendo vir a receber o status de “português subpadrão” ou “português *substandard*” – esclarecem Ilari e Basso (2017).

Os falantes da segunda variedade, quando chegam à escola, geralmente se deparam com uma metodologia excludente, que normalmente relega o seu vernáculo, concebendo-o como um erro. Isso põe em xeque o ensino democrático pelo qual as classes populares tanto lutam, uma vez que muitos desses alunos são conduzidos ao fracasso escolar e, conseqüentemente, à evasão, corroborando a tese de que “[...] a escola que existe é antes *contra* o povo que *para* o povo” (SOARES, 2020, p. 14).

A variação diamésica refere-se “[...] aos vários veículos ou meios de expressão que a língua utiliza” (ILARI; BASSO, 2020, p. 180), apontando, principalmente, para as diferenças entre a língua falada e a língua escrita. Conhecer essas diferenças é importante para repensar a proposição de que a fala deve ser tal qual a escrita formal, isto é, que deve seguir os padrões da gramática normativa, caso contrário, é considerada como um erro.

Bortoni-Ricardo (2006) apresenta importantes contribuições referentes a esse assunto. Apoiada nos princípios da Sociolinguística, a autora afirma que o erro na língua falada é considerado um fato social, levando em conta que “[...] ele não decorre da transgressão de um sistema de regras da estrutura da língua e se explica, simplesmente, pela (in)adequação de certas formas a certos usos” (BORTONI-RICARDO, 2006, p. 272). Na língua escrita, porém, o erro é conceituado de maneira distinta, pois “[...] representa a transgressão de um código convencionado e prescrito pela ortografia” (BORTONI-RICARDO, 2006, p. 273), a qual não admite variação. A autora ainda complementa:

Na modalidade escrita a variação não está prevista quando uma língua já venceu os estágios históricos da sua codificação. A uniformidade de que a ortografia se reveste garante sua funcionalidade. Toda variação fonológica de um discurso oral (inclusive e principalmente a de natureza regional) se reduz a uma ortografia fixa e invariável, cuja transgressão não é uma opção aberta para o usuário da língua. Assim, o texto escrito pode ser lido e entendido por falantes com os mais diferentes antecedentes regionais. Estamos, pois, diante de dois estatutos bem distintos. Ensinamos nossos alunos a usar os recursos da variação oral para tornar sua fala mais competente, preservando, contudo, suas características sociodemográficas, e ensinamos nossos alunos a usar a ortografia [orto+grafia]: a grafia normatizada, fixada, canônica (BORTONIRICARDO, 2006, p. 273-274).

Nessa perspectiva, depreende-se que tão importante quanto ensinar a ortografia nas aulas de Língua Portuguesa é discutir a respeito dos processos de variação que são inerentes à língua, a fim de consolidar, de fato, uma educação sociolinguística nas escolas, de modo a envolver todos os agentes educacionais, inclusive o livro didático.

A variação linguística no livro didático

Os livros didáticos, conforme postulado por Bagno (2015), constituem um dos elementos que, ao lado da gramática e da pedagogia tradicionais, perfazem o *círculo vicioso do preconceito linguístico*. A definição do autor chama atenção para as consequências negativas da tradição gramático-normativa no ensino de Língua Portuguesa nas escolas brasileiras, podendo-se destacar, a título de exemplo, a concepção de língua homogênea a qual ainda se vinculam muitos livros didáticos utilizados hodiernamente.

É sabido que a publicação de alguns documentos de base, com a devida ênfase para os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa, tem contribuído de forma significativa para a consolidação de um ensino que considere legítimas todas as variedades linguísticas presentes em sala de aula, e não apenas a variedade padrão, prova disso foi o fato de o então Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), considerando as diretrizes dos PCN e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ter passado a interferir diretamente na avaliação dos conteúdos dos livros didáticos, a fim de adequá-los às novas propostas didático-metodológicas. Anteriormente, o referido programa realizava apenas a intermediação entre professores e editoras, comprando e distribuindo os exemplares escolhidos (GONZÁLEZ, 2015).

De acordo com este mesmo autor, o PNLD faz as seguintes recomendações aos autores:

- (a) não veicular preconceitos contra quaisquer variedades linguísticas;
- (b) apresentar textos representativos de diferentes variedades sociais, regionais e estilísticas;
- (c) considerar as diferentes variedades linguísticas no âmbito da leitura, da produção textual e da oralidade;
- (d) estimular a reflexão sobre as formas linguísticas, relacionando-as com o uso e com os sentidos que elas mobilizam etc. (GONZÁLEZ, 2015, p. 229).

Contudo, como consequência da ausência, por parte do PNLD, de uma concepção própria, clara e objetiva sobre o livro didático, o programa se apoiou em uma concepção tendenciosa surgida na década 1960, a qual impõe barreiras para a realização de um ensino qualitativo que sublinhe as diferentes formas de aprendizado.

Nesse contexto, surge o livro didático com a função de estruturar as aulas dos professores, concebidos como profissionais malformados e sem tempo para se preparar. [...] Também essa concepção de livro didático tende a se materializar em manuais que privilegiam uma pedagogia transmissiva, evidenciada por um pesado discurso didático-expositivo que se dirige diretamente ao aluno *sempre de maneira universal* (GONZÁLEZ, 2015, p. 228, grifos dos autores).

Emerge, assim, a noção de variação linguística apenas como um conteúdo a ser trabalhado no livro didático, para o qual são destinados momentos específicos de abordagem, e após isso, dificilmente a discussão é retomada em outras oportunidades. Sobre essa questão, Bagno (2007, p. 120) acrescenta que a variação linguística, quando tematizada nos livros didáticos, geralmente é concebida “[...] como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas”, como se a fala das pessoas residentes na zona urbana não apresentasse variação e, por essa razão, fosse considerada a variedade “correta”.

À vista disso, o autor faz uma crítica à utilização das tirinhas do personagem Chico Bento, bem como dos poemas de Patativa do Assaré e das letras de samba de Adoniran Barbosa, tomando como argumento as propostas didáticas que geralmente acompanham esses textos, como, por exemplo, as atividades em que os alunos precisam transcrever os textos para a norma culta. Esse tipo de atividade

[...] acaba se revelando, no fundo, tão preconceituosa quanto a atitude de discriminar o Chico Bento por “falar tudo errado”. Porque, se num primeiro momento, ocorre o reconhecimento da diferença, num segundo momento, quando se pede a reescrita “segundo a norma culta”, essa diferença é transformada em deficiência, em algo que pode e deve ser “corrigido”, e as

formas consagradas pela gramática normativa é que terminam sendo enfatizadas como as que “valem” de verdade (BAGNO, 2007, p. 123).

É nesse sentido que se ratifica a ideia do *círculo vicioso do preconceito linguístico*, o qual foi mencionado anteriormente, tendo em vista que dificilmente são fomentadas discussões mais aprofundadas acerca dos exemplos trazidos na seção que contempla o tema da variação linguística, e a responsabilidade por isso, como é bem frisado por Bagno (2007, p. 120), “[...] não é de Maurício de Sousa, não é de Adoniran Barbosa nem de Patativa do Assaré – o problema está no uso inadequado que se faz dos trabalhos criativos dessas pessoas”.

Isto posto, interessante seria se os livros didáticos de Língua Portuguesa, ao abordarem a variação linguística a partir desses textos, tocassem em temas atinentes à própria gramática normativa, deslocando a temática para além do lugar em que ela foi fixada, com vistas a despolarizar os tópicos *variação linguística* e *gramática normativa*, uma vez que essa configuração antagônica pode propiciar o pensamento equivocado de que a língua é homogênea e estática.

Para tanto, julga-se necessário, além de um aprimoramento teórico-metodológico na formação inicial e continuada dos professores, que os pesquisadores avaliem cientificamente esses livros didáticos, a fim de descortinar não apenas as lacunas e inadequações, mas também os aspectos positivos que, porventura, possam ser identificados neles. Nessa perspectiva, convém destacar aqui duas pesquisas que tiveram o livro didático como objeto de estudo, quais sejam, Souza (2020) e Falcão (2020).

O primeiro autor teceu uma crítica reflexiva acerca do tratamento dado à variação linguística em dois livros didáticos do nono ano do Ensino Fundamental, sendo um deles utilizado na rede pública, *Tecendo linguagens – Língua Portuguesa*, e outro na rede particular, *Língua Portuguesa em Contexto*. Para nortear a análise, Souza (2020) utilizou os dez critérios elencados por Bagno (2007), comparando seus dois objetos de estudo. A partir dos resultados, ficou constatado que:

De um lado, o primeiro livro, que, embora não invisibilize por completo o assunto, apresenta uma abordagem muito superficial, a qual se ampara apenas em informações sobre aspectos da língua que podem – ou não – ser relacionados pelo professor a processos de variação linguística, não cumprindo adequadamente nenhum dos dez critérios utilizados na análise. Do outro lado, o segundo livro, que, embora demonstre algumas poucas incoerências acerca do assunto, apresenta uma abordagem razoavelmente adequada, a qual se ampara

em explicações claras sobre os processos de variação linguística em que os usos reais e legítimos da língua se afastam do padrão normativo, cumprindo adequadamente sete dos dez critérios utilizados na análise (SOUZA, 2020, p. 186).

O pesquisador, em vista disso, chamou atenção para a necessidade de uma escolha mais cautelosa dos livros didáticos, em que a preferência seja dada àqueles que apresentam reflexões maximizadas acerca da variação linguística, com a finalidade de proporcionar aos educandos uma formação sociolinguística concreta.

O trabalho de Falcão (2020), por sua vez, apresentou resultados de uma Dissertação de Mestrado que teve como principal objetivo analisar o livro didático *Português Linguagens*, do sexto ano, utilizado no município de Lajedo – PE, focalizando a abordagem acerca da variação linguística. O roteiro de análise utilizado na pesquisa, tal como em Souza (2020), foi baseado no modelo proposto por Bagno (2007), acrescentando-se a ele as contribuições de Lima (2016), possibilitando à autora fazer as seguintes inferências – dentre outras:

A abordagem da variação linguística ainda acontece de maneira problemática, confusa, superficial, sobretudo pelo forte apego a um ideal de língua homogênea e conservadora que não corresponde às verdadeiras normas urbanas de prestígio, embora o livro reconheça as variedades linguísticas e em nenhum momento as discrimine ou as subjuguem em detrimento da norma-padrão. [...] a variação linguística é incluída no LD apenas para que este tenha a sua aprovação garantida pelo PNLD, uma vez que a abordagem aparece de maneira explícita, nem que seja em uma seção, atendendo às exigências do Programa, sendo ignorada no restante da obra (FALCÃO, 2020, p. 49-50).

Dessarte, convém afirmar que a exigência por parte do PNLD de que seja abordada a variação linguística nos livros didáticos não garante um tratamento adequado acerca da temática, o que revela a necessidade de uma readequação das diretrizes normativas do programa, tendo como respaldo os resultados de pesquisas científicas realizadas sobretudo na área da Sociolinguística Educacional.

Metodologia

Nesta pesquisa, assim como em Falcão (2020) e Souza (2020), analisou-se um livro didático de Língua Portuguesa, a fim de verificar o tratamento dispensado à variação linguística, em especial, no sexto ano do Ensino Fundamental. Trata-se de uma pesquisa descritivo-documental, a qual teve como objeto de estudo um livro da *Geração Alpha*, produzido pela SM Educação e aprovado pelo PNLD para o quadriênio 2020-2023.

Em se tratando do aspecto estrutural, o material analisado apresenta oito unidades. Cada uma delas traz um gênero textual como tema, a partir do qual são abordados diversos assuntos e propostas várias atividades.

A abordagem da pesquisa foi a qualitativa, tendo em vista que não foram utilizados procedimentos estatísticos para auferir os dados, buscando, assim, descrever o maior número possível dos elementos presentes no universo da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013). De acordo com estes autores:

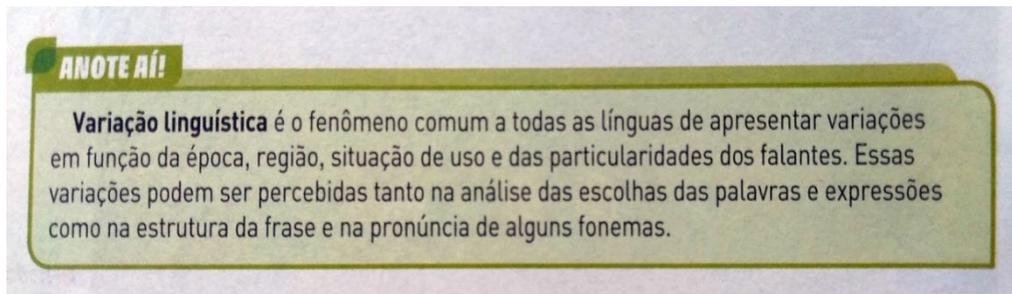
A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Portanto, para nortear a análise, foi replicado o modelo analítico sugerido por Lima (2016), que é constituído por quatro indagações, a saber: A variação linguística é uma constante na obra ou aparece de forma pontual, isolada? A terminologia utilizada pelo livro se adequa aos padrões científicos ao mesmo tempo que é acessível ao aluno? Há a utilização de gêneros textuais que sejam representativos das variantes linguísticas abordadas em situações reais de uso? Os fenômenos abordados estão coerentes com a realidade linguística do português brasileiro?

Análise do livro didático

No que se refere ao primeiro questionamento, observa-se que o material analisado segue a mesma perspectiva da maioria dos livros didáticos, apresentando o tema da variação linguística de modo segregado, como uma “ilha” em meio ao restante dos conteúdos. Dentre as oito unidades, apenas a de número dois aborda, explicitamente, a temática. Apesar disso, a unidade apresenta uma base conceitual condizente com aquela estabelecida por Ilari e Basso (2017) sobre os tipos de variação.

Figura 1 – Definição de variação linguística



Fonte: Costa e Marchetti (2018, p. 50).

Entende-se que as menções *função da época, região, situação de uso e particularidades dos falantes* referem-se, respectivamente, aos conceitos de variação diacrônica, diatópica, diamésica e diastrática (ILARI; BASSO, 2017). Ademais, a definição revela o fato de que, pelo menos na teoria, o livro didático comunga da ideia de que a variação linguística se realiza tanto no nível lexical quanto nos níveis sintático e fonético-fonológico, conforme observado no último período do texto apresentado na figura 1.

Na prática, porém, observa-se outra situação. Como consequência de a temática estar restrita a uma unidade específica, assuntos como o dos pronomes demonstrativos não tocam a questão da variação linguística, neste caso, a diamésica – diferença do oral para o escrito. Segundo as autoras, uma das funções dos pronomes demonstrativos é situar os seres e objetos no tempo e no espaço. Acerca deste último, elas apresentam as seguintes informações:

Figura 2 – Pronomes demonstrativos

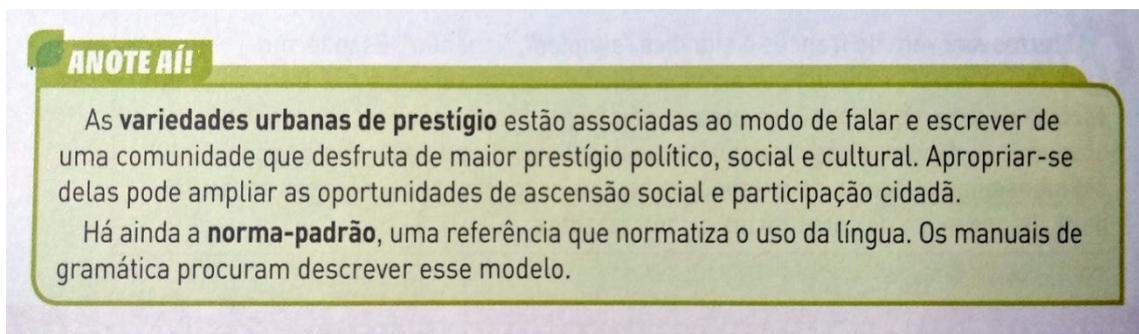
PRONOMES DEMONSTRATIVOS	POSIÇÃO DO SER OU DO OBJETO NO ESPAÇO
este, estes, esta, estas, isto	próximo da pessoa que fala
esse, esses, essa, essas, isso	próximo da pessoa com quem se fala
aquele, aqueles, aquela, aquelas, aquilo	distante de quem fala e de seu interlocutor

Fonte: Costa e Marchetti (2018, p. 191).

É importante ressaltar que não há problemas em apresentar essas informações aos educandos, pelo contrário, é papel da escola fazê-lo. Todavia, sabe-se que, na língua falada, não há, geralmente, essa distinção entre os pronomes demonstrativos *isso* e *isto*. A diferença é marcada, quase sempre, apenas entre *isso* e *aquilo*. Nesse sentido, as informações apresentadas no quadro acima são relevantes quando referentes à língua escrita, ainda que isso não seja explicitado em nenhum momento no texto, ocasionando uma contradição com o conceito apresentado na figura 1, quando é mencionada a condição da *situação de uso*.

Concernente à segunda pergunta, que indaga a respeito da adequação das terminologias aos padrões científicos, bem como sobre sua acessibilidade aos alunos, destaca-se que os termos específicos da Sociolinguística, com exceção do preconceito linguístico, são utilizados satisfatoriamente. As autoras, por exemplo, não sinonimizam *variação* e *variedade*, além de fazerem a distinção entre *as variedades urbanas de prestígio* e a *norma-padrão*, tudo isso de maneira muito clara e objetiva.

Figura 3 – Diferença entre variedades urbanas de prestígio e norma-padrão



Fonte: Costa e Marchetti (2018, p. 50).

Os textos trazidos na unidade, em sua maioria, não se limitam à variação diatópica, sendo possível encontrar outros exemplos referentes às variações diacrônica, diastrática e diamésica – ainda que não seja com essas nomenclaturas técnicas. Lamenta-se, contudo, o fato de esses conceitos não serem abordados nas unidades seguintes. Além disso, deve-se fazer algumas considerações sobre um texto que representa uma determinada variedade regional.

As autoras utilizam a letra da música “Óia eu aqui de novo”, interpretada por Luiz Gonzaga, elencando cinco questões a serem respondidas a partir dela. Conforme destacado por Bagno (2007), o problema por trás da abordagem desses trabalhos é o

tipo de atividades que geralmente são propostas. No caso do livro didático analisado não foi diferente. Uma das questões fazia as seguintes indagações: *Que termo da primeira estrofe está em desacordo com a norma-padrão? Como essa palavra é registrada na norma-padrão?*

Entende-se que as autoras se referiam à variante “óia” – do verbo olhar. Assim, a julgar pela proposta de atividade, convém registrar uma crítica. Pensa-se que para informar os educandos sobre a existência da variante de prestígio “olha”, não se faz necessário um exercício de prescrição, e sim um de reflexão, tendo em vista que a variante “óia”, neste caso, caracteriza o perfil social do personagem abordado no gênero textual. Tem-se, mais uma vez, uma contradição, considerando uma das definições trazidas pelo livro didático:

O registo de determinada variedade linguística pode ter uma função fundamental no texto literário quando corresponde à fala de uma personagem: ajudar a compor/*representar* suas características e apresentar informações sobre o(s) grupo(s) aos quais essa personagem pertence na *sociedade* (COSTA; MARCHETTI, 2018, p. 53).

Em momento algum é sugerido ao professor que aborde os fatores sociais que estão por trás da variante “óia”. No final, como alertou Bagno (2007, p. 123), “[...] as formas consagradas pela gramática normativa é que terminam sendo enfatizadas como as que ‘valem’ de verdade”, pois a tarefa de transcrição para a norma-padrão pode ser um indicativo de que exista um uso “correto” da língua. Novamente, falta explicar as diferenças entre língua falada e língua escrita, bem como explicar o tema do preconceito linguístico, que só é mencionado, sucintamente, na parte em que é falado sobre gírias.

Um ponto alto do material analisado é o fato de ele apresentar um gênero textual para cada unidade, visando a contextualizar os assuntos referentes à gramática normativa. São eles: Narrativa de aventura; conto popular; histórias em quadrinhos; notícia; relatos de viagem e de experiência vivida; poema; biografia e anúncio de propaganda; e entrevista. Dessa maneira, respondendo à pergunta de número três e, conseqüentemente, a de número quatro, o material utiliza, sim, gêneros textuais que representam as variantes linguísticas observadas em situações reais de uso, como, por exemplo, o conto popular e os relatos de viagem e de experiência vivida.

Entretanto, apenas no primeiro é mencionada a questão da variação linguística, em razão de ele estar inserido na unidade que foi dedicada especificamente ao tema.

Verifica-se, na prática, o que foi postulado por González (2015), que a variação é trabalhada apenas como um conteúdo nas aulas de Língua Portuguesa, com periodicidade determinada, e não como um fenômeno linguístico que pode ser visualizado também nos demais conteúdos presentes no livro didático.

Sendo assim, observa-se que os fenômenos abordados no material analisado estão parcialmente coerentes com a realidade linguística do português brasileiro, tendo em vista que, quando são explanados os assuntos atinentes à gramática normativa, não são mencionados, de forma alguma, os parâmetros da norma culta brasileira.

Considerações finais

O escopo desse trabalho foi analisar o tratamento da variação linguística no sexto ano do Ensino Fundamental, tendo como objeto de estudo o livro didático de Língua Portuguesa da *Geração Alpha – SM Educação*. Para alcançar os resultados, utilizou-se o modelo analítico sugerido por Lima (2016), a partir do qual foram feitas algumas inferências.

O livro analisado, apesar de fazer uma abordagem satisfatória sobre a variação linguística, contrastando, de certa forma, com os resultados obtidos por Falcão (2020) e Souza (2020), trabalha a temática de maneira segregada, estabelecendo fronteiras entre ela e os demais conteúdos abordados.

A despeito da abordagem harmônica no que tange aos postulados teóricos de autores como Ilari e Basso (2017), as autoras do livro didático não estabelecem um debate mais aprofundado sobre o preconceito linguístico, além disso, a proposta de análise de variantes não padrão ainda é feita sob a perspectiva da prescrição, e não de reflexão.

Também é importante destacar que, mesmo fazendo uma distinção entre variedades urbanas de prestígio e norma-padrão, o material, na parte que toca à gramática normativa, não faz menção aos parâmetros da norma culta brasileira. Contudo, considera-se essa distinção conceitual como algo positivo, a julgar que, há pouco tempo, muitos materiais não a realizavam, concebendo-as como termos equivalentes.

Logo, percebe-se que um dos principais problemas no ensino de língua portuguesa são as barreiras que limitam o alcance da discussão sobre a variação linguística na Educação Básica. Entretanto, não é a intenção desta pesquisa afirmar que os manuais didáticos não devem ser utilizados em sala de aula, pelo contrário, os professores devem, sim, usufruir desse instrumento, pois, a depender do contexto, das

condições de trabalho, esse é o único – ou principal – material de que dispõem para ministrarem suas aulas. A afirmação é no sentido de que o tema da variação linguística não pode ser trabalhado apenas no sexto ano do Ensino Fundamental ou no primeiro ano do Ensino Médio, como geralmente acontece, mas precisa ser revisitado sempre que for possível, principalmente quando são trabalhados os tópicos da gramática normativa.

Referências

BAGNO, M. **Português ou brasileiro?** Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, M. **Gramática de bolso do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico.** São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O estatuto do erro na língua oral e na língua escrita.** In: GORSKI, E. M.; COELHO, I. L. Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 267-275.

COSTA, C. L.; MARCHETTI, G. **Geração alpha língua portuguesa:** ensino fundamental, anos finais, 6º ano. São Paulo: Edições SM, 2018.

FALCÃO, M. F. M. A abordagem da variação linguística no livro didático: análise e reflexão à luz da sociolinguística. **Web Revista SOCIODIALETO**, [S.l.], v. 11, n. 31, p. 19 - 52, jul. 2020. Disponível em: <<http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/295>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

GONZÁLEZ, C. A. Variação linguística em livros de português para o EM. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (Orgs.). **Pedagogia da variação linguística:** língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 225-245.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente:** a língua que estudados, a língua que falamos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

LIMA, R. J. Variação linguística e os livros didáticos de português. In: MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. **Ensino de português e sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Recurso eletrônico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SOARES, M. **Linguagem e escola:** uma perspectiva social. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

SOUZA, J. A. de. A variação linguística no livro didático: entre a invisibilidade e o tratamento adequado. **Web Revista SOCIODIALETO**, [S.l.], v. 11, n. 31, p. 167 - 188, jul. 2020. Disponível em: <<http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/307>>. Acesso em: 30 jan. 2022.